

23º Exame de Ordem - 2ª fase - 2003

Direito Tributário

1. A União Federal propôs execução fiscal contra: (i) J.A.A - Equipamentos de Informática Ltda; (ii) João Amaral; e (iii) Antônio dos Anjos. Consta da Certidão de Dívida Ativa os nomes de todos os executados, a primeira na qualidade de devedora e os demais na qualidade de co-responsáveis. A execução foi distribuída ao Juízo Federal da 4ª Vara de Execução da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

João Amaral e Antônio dos Anjos são os únicos sócios da J.A.A Equipamentos de Informática Ltda. No contrato social, de 12 de janeiro de 1985, regularmente arquivado na Junta Comercial, há cláusula expressa segundo a qual a gerência da sociedade cabe exclusivamente ao sócio João Amaral.

De acordo com a Certidão de Dívida Ativa, o crédito tributário objeto da execução é relativo a imposto de renda da pessoa jurídica, apurado na Declaração Anual da Pessoa Jurídica e não recolhido no respectivo vencimento.

Citados todos os executados, sem que a dívida tenha sido paga, foi efetuada penhora, que recaiu sobre o imóvel de propriedade de Antônio dos Anjos.

Antônio dos Anjos foi intimado da penhora no dia 1º de março de 2004, tendo o mandado de intimação da penhora sido juntado aos autos no dia 18 de março de 2004.

Redija a peça correspondente à medida judicial adequada à defesa dos direitos de Antônio dos Anjos, destacando a sua tempestividade.

Assine Júlio Batista

OAB/RJ 100

2. Para pedir restituição de tributo pago indevidamente, o contribuinte precisa provar que pagou por erro ou sob protesto?
3. O menor pode ser sujeito passivo da obrigação tributária?
4. Discorra sobre a obrigação tributária acessória.
5. É viável o ajuizamento de ação anulatória de débito fiscal sem o depósito preparatório do valor integral atualizado do débito?
6. Quais as situações em que o contribuinte tem direito à obtenção de certidão fiscal positiva com efeitos negativos?

Direito Administrativo

1. Tendo sido seu escritório de advocacia procurado para examinar o caso que a seguir será descrito, na qualidade de advogado, elabore a peça prático-profissional cabível para levar a questão ao exame do Poder Judiciário.

Mário solicitou a concordância do Poder Público para a construção de uma casa em terreno de sua propriedade. Obteve, então, a regular anuência, porém só iniciou a obra um ano depois.

Ocorre que, foi surpreendido por uma decisão da Administração Pública determinando o embargo e a demolição da construção iniciada. O argumento do Município foi no sentido de que havendo uma dívida fiscal, referente ao pagamento do IPTU (imposto predial e territorial urbano) dos anos de 2002 e 2003, a obra não poderia ser viabilizada.

Considerando a situação acima apresentada, elabore a petição inicial, observando que o terreno está localizado em área urbana do Município do Rio de Janeiro, no bairro denominado Rio Comprido, e que a obra foi embargada pelo Município do Rio de Janeiro.

Advogada: Carolina Silva

2. Considerando ser a Administração Pública devedora de alguma importância e aceitando o credor receber bem público para a quitação de débito, que instituto jurídico enseja tal hipótese, quais os requisitos para a sua realização? É necessário realizar a licitação? Justifique sua resposta.

3. Explique, fundamentadamente, o princípio da acessibilidade aos elementos do expediente.

4. É possível ao Estado-membro estabelecer tombamento sobre bem imóvel da União? Fundamente sua resposta.

5. Incide a prescrição sobre a ação de responsabilidade civil a ser proposta em face de servidor público que haja causado danos ao erário público, mediante comportamento ilícito? Justifique.

6. Qual a diferença entre concurso modalidade de licitação e concurso para ocupação de cargo ou emprego público? Fundamente.

Direito Penal

1. Caio foi condenado pela prática do artigo 157, do Código Penal, pelo Juízo da 84ª Vara Criminal. Apresentado termo de apelação somente pela defesa técnica, que objetiva o reconhecimento da inocência do réu, no 5º dia após a publicação da sentença no Diário Oficial, o magistrado decidiu denegar o apelo sob o fundamento de intempestividade. É que o advogado de defesa, em diligência ao fórum, acabou por ser cientificado do teor da sentença pelo escrivão, dois dias antes da publicação no Diário Oficial. Como advogado de defesa elabore a medida jurídica cabível, bem como as eventuais razões, visando o acolhimento do recurso de apelação.

2. Sabendo que Luiz, zelador de uma escola, estava insatisfeito com seu patrão, Aristides combina que Luiz iria "esquecer" o portão do colégio aberto para que Aristides pudesse entrar e subtrair o cofre existente na sala do diretor. No dia e hora acordados, sabedor que a escola estaria vazia, Luiz deixa o cadeado destrancado e dirige-se para sua casa. Mais tarde, Aristides chega ao colégio, arromba e subtrai os valores existentes no cofre. Já de saída da sala, é surpreendido pela chegada imprevista do diretor e, de modo a não ser delatado, Aristides mata-o mediante estrangulamento. Qual a responsabilidade penal de cada um dos agentes?

3. Andréia dirigiu-se a um posto médico obedecendo às campanhas governamentais de vacinação. Como já estivesse quase no término do expediente, o médico que estava ministrando a vacina, cansado, não realiza o demorado procedimento obrigatório de verificação do histórico médico da moça. Sendo Andréia portadora de grave alergia a um dos componentes da vacina, sofre choque anafilático, sobrevivendo sua morte minutos após ter recebido o medicamento. Poderá o médico ser responsabilizado penalmente?

4. Morador do interior do Amazonas, local sem qualquer acesso aos meios de comunicação, Manoel sai de casa à noite para caçar capivaras para

alimentar sua família, fato comum na região. Naquela mesma noite, João, pesquisador ambiental, havia se dirigido à floresta para realizar estudos de campo, se escondendo no mato para melhor observar os hábitos noturnos dos animais. No escuro, Manoel, percebendo uma movimentação atrás dos arbustos, atira em direção a João, vindo a atingir o mesmo de raspão. Com o grito do rapaz, Manoel percebe seu engano e carrega João até o povoado mais próximo. Interpelado pela polícia, justifica-se alegando estar apenas caçando capivaras. Sabendo que Manoel foi prontamente detido pela autoridade policial por violação aos arts. 129 do Código Penal, formule o fundamento jurídico passível de evitar a condenação.

5. Marcos ao caminhar pelo centro da cidade é abordado por João, o qual lhe oferece o gabarito de determinado concurso público pela módica quantia de cem reais. Enquanto Marcos tenta argumentar que não tem interesse em qualquer concurso público, José, parceiro de João, enfia a mão no bolso de Marcos e puxa um cheque no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Os dois, João e José, então, encaminham-se para a agência bancária mais próxima, onde sacam o valor. Qual a responsabilidade penal dos agentes?

6. Alexandre, sócio de uma instituição financeira, tencionando recolher menos tributos, presta falsas informações ao seu contador, Márcio, responsável pela parte contábil da empresa, mantendo-o, assim, em erro. Márcio, então, faz declaração falsa a Receita Federal que, descobrindo, lavra auto de infração e remete os autos ao Ministério Público. Conseqüentemente, é imputado à empresa, por meio de seu representante legal, o delito do art. 6º da lei 7492/86. Analise se a conduta foi corretamente enquadrada.

Direito Trabalhista

1. No dia 02/02/2004 o Dr. José da Silva procura a entidade sindical representativa de sua categoria profissional, o Sindicato dos Médicos, a fim de obter uma assessoria jurídica sobre a situação a qual foi submetido na empresa em que laborava.

Ao explicar a situação para você, advogado(a), o Dr. José diz ter sido admitido em 02/02/2000 para desempenhar a função de Clínico Geral na sede da empresa situada na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. No dia 02/02/2003, o mesmo foi dispensado imotivadamente. Todavia, no dia 02/03/2003, a empresa contactou-lhe a fim de saber sobre eventual interesse em retomar ao emprego, mas sob a condição de filiar-se à Cooperativa de prestadores de serviços da saúde. No seguinte, o Dr. José da Silva compareceu na referida Cooperativa e aderiu à sociedade, uma vez que esta era a única maneira de ser recontratado pela empresa.

Mister esclarecer que as condições de trabalho permaneceram as mesmas, quais sejam, das 8h às 17h, com trinta minutos de intervalo intrajornada, labor de segunda a sexta-feira, remuneração no montante de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) e elaboração de relatórios semanais encaminhados ao seu superior hierárquico.

No dia 12/12/2003 o Dr. José da Silva foi desligado da empresa sob a alegação de descumprimento de norma interna posto que forneceu medicamentos à Sra. Juliana, enfermeira, sem autorização de seu superior hierárquico.

Diante dos fatos narrados pelo Dr. José e considerando a não percepção de nenhum direito trabalhista decorrente da não assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social pelo período laborado, elabore a peça processual pertinente, apontando todos os fundamentos jurídicos e legais cabíveis e obedecido os parâmetros exigidos pela legislação.

2. Tício foi contratado por tempo determinado para prestar serviços como digitador para um ente da Administração Pública Direta. Todavia, não foram observadas as regras previstas na Lei 8.745, de 09/12/1993. Após o decurso de cinco anos, sem a percepção de seus direitos trabalhistas salvo os salários, Tício é dispensado sem justa causa. Diante dessa situação, Tício lhe procura, advogado(a), a fim de buscar orientações sobre a possibilidade de êxito em uma ação trabalhista cujo objeto é o reconhecimento do vínculo empregatício com sua empregadora. Oriente-o

apontando os fundamentos jurídicos e legais pertinentes.

3. Em uma reclamação trabalhista ajuizada por Caio em face da empresa X Ltda, a audiência foi designada para o dia 15/03/2004. Na citada data, a reclamada não compareceu à audiência. Quais são as conseqüências processuais produzidas pela ausência da empresa? Aponte o(s) fundamento(s) legal(is).

4. Maria foi contratada pela empresa Y para laborar de segunda a sexta-feira, das 7h às 16h, com uma hora de intervalo intrajornada. A prestação de serviços ocorreu no período compreendido entre 03/03/2002 a 15/10/2002, data em que Maria resiliu o contrato de trabalho. Em 30/11/2003, você, advogado(a), é procurado por Maria para orientá-la sobre eventual direito à percepção de férias proporcionais. Oriente-a apontando os fundamentos jurídicos e legais pertinentes.

5. Qual a distinção entre intervalo intrajornada e intervalo interjornada?

6. Qual a natureza jurídica das denominadas gorjetas?

Direito Comercial

1. O seu cliente José Alexandre deixou, no dia 13 de março do corrente ano, carro de sua propriedade na Concessionária Novo Rio de Automóveis Ltda., para revisão de 30.000 quilômetros. No dia 16, data marcada pela concessionária para a retirada do automóvel, José Alexandre encontrou as portas do estabelecimento lacradas pelo Juízo da 1ª Vara Empresarial e de Falências e Concordatas desta comarca, porque a sociedade tivera a sua falência decretada no dia 14 do mesmo mês. Tal fato impediu que José Alexandre retirasse o seu carro.

Diante do ocorrido, José Alexandre lhe procura para que sejam tomadas as medidas cabíveis para reaver o veículo.

Elabore a petição inicial da ação cabível para defender os interesses do seu cliente.

A petição deve ser firmada pelo advogado Montesinos dos Santos, OAB/RJ 1.000.

2. Tratando-se de uma nota promissória, qual o significado da expressão "inoponibilidade das exceções extracartulares"? Justifique a resposta.

3. Nos termos do Novo Código Civil, o conselho fiscal é órgão obrigatório na sociedade limitada? Justifique a resposta.

4. A decretação da falência da sociedade acarreta a imediata perda da sua personalidade jurídica? Justifique a resposta.

5. Quais as garantias que a debênture pode ter? Justifique a resposta.

6. Quais os efeitos da concordata preventiva em relação aos contratos bilaterais do devedor? Justifique a resposta.

Direito Civil

1. ALBERTO SILVA, residente a rua Trovador nº 28, Duque de Caxias, encontrava-se caminhando pela Rua das Flores, Centro do Rio de Janeiro, quando, em frente ao número 10, foi atingido por um aparelho de ar condicionado que, mal instalado pelo locatário, despencou da sala 1001 do referido edifício, ocasionando sérias lesões em ALBERTO, que teve o braço direito amputado e somente deixou o hospital após o período de 1

(um) mês de internação, passando, desde então, a se submeter a tratamento psicoterápico, a fim de superar o trauma do ocorrido que lhe ocasionou seqüelas e deformidades permanentes. ALBERTO encontra-se em difícil situação financeira, na medida em que ficou privado de sua única fonte de renda, pois, na qualidade de autônomo e prestador de serviços de digitação, recebia a quantia mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sem a qual torna-se impossível sua própria manutenção e, por via de consequência, inviável arcar com as despesas de sua internação e futuro tratamento.

ALBERTO lhe procura como advogado para propor a competente ação, lhe fornecendo os seguintes dados: a) Condomínio do Edifício das Flores (Síndico: Norberto Neves); b) Proprietário da sala 1001: Raimundo Gomes; c) locatário: Sérgio Costa; d) As despesas hospitalares montam o total de R\$ 50.000,00; e) A psicoterapia sairá por R\$ 600,00 (seiscentos reais), ao mês, com prazo mínimo para tratamento de 1 ano.

Elabore a petição inicial adequada, ficando a cargo de sua inventividade a qualificação das partes.

2. Defina o critério da dupla sucumbência inserto no instituto dos embargos infringentes.

3. Aponte e defina dois dos princípios fundamentais do Novo Código Civil, exemplificando-os.

4. Varella S.A, empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro, mundialmente conhecida pela qualidade de seus artigos, bem como pela originalidade e sofisticação do *design* de suas peças, o que lhe demanda elevados investimentos, descobre que a DAguiar Jóias S.A, sociedade com sede no Município de São Paulo, mas com lojas espalhadas por todo o país, ora copia, ora imita suas jóias, com o intuito específico de confundir o consumidor, ao argumento de que possui peças similares a da concorrente, porém com preço bem inferior.

Indignada, a Varella S.A. lhe procura com a pretensão de ajuizar ação indenizatória, ante os sucessivos atos de concorrência desleal perpetrados por DAguiar Jóias S.A. Entretanto, estabelece uma única condição: que a ação seja ajuizada perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Na qualidade de advogado da Varella S.A., justifique, fundamentadamente, a competência pretendida.

5. João, após muito procurar uma vaga, estacionou seu veículo sobre a calçada central da Avenida Atlântica, ciente da proibição legal. Ao retornar, percebeu que seu carro havia sofrido forte abaloamento, provocado por Guilherme, enquanto conduzia o veículo colidente.

Neste caso, a responsabilidade recairá sobre João, Guilherme, ou ambos?

6. Sobre o benefício da inversão do ônus da prova, previsto no Código de Defesa do Consumidor, responda:

a) A inversão poderá ser determinada de ofício pelo magistrado, ou apenas mediante requerimento da parte? Fundamente sua resposta.

b) João, rico empresário do ramo da construção civil, alega, em ação recentemente ajuizada, que contraiu o vírus da AIDS em transfusão de sangue realizada, no mês de outubro de 2003, em determinado hospital de médio porte econômico. Pelo decurso do tempo, João não mais possui documentos que atestam a prestação do serviço.

Em casos tais, à luz do conceito de hipossuficiência, justifica-se a inversão do ônus da prova? Comente sua resposta.

